

Os processos de politização¹

Jacques Lagroye²

Resumo

O artigo discute os processos de politização do espaço social como fenômeno central da construção de uma ordem política no Ocidente, a qual implicou o surgimento de diferentes esferas de atividades especializadas que historicamente se diferenciaram e se institucionalizaram. A análise demonstra diversas formas pelas quais outras esferas sociais são requalificadas em termos políticos por certos atores, em um processo de transgressão e mistura entre campos ou setores da sociedade, o qual também tem efeitos importantes sobre a ordem política e suas instituições. Por aparecer como transgressão da diferenciação fundamental dessas ordens, ou espaços de atividades, e das categorias que permitem classificá-los, a politização suscita um intenso trabalho de legitimação, que exige a convergência possível dos objetivos de atores que, no entanto, incarnam papéis diferenciados.

Palavras-chave: Politização. Produção social da política. Legitimação.

De qualquer maneira que a compreendamos, a “politização” de atividades sociais, de grupos, de temas ou de profissões coloca um problema de legitimidade e é objeto de apreciações morais. Paradoxalmente, aqueles que a deploaram estão entre os primeiros a denunciar, em certas circunstâncias, a “despolitização”, uma e outra noção designando de seu ponto de vista uma “perversão da democracia”, “do político” tal como eles o sonham; a ponto de chegarmos a nos perguntar se não haveria, segundo o caso, uma “boa” e uma “má” politização [...]. O que ocorreu entre os dois turnos da eleição presidencial de 2002 na França pode servir de ponto de partida à reflexão. As interpretações dos resultados do primeiro turno³ se inscrevem quase todas em um esquema geral que mobiliza as categorias habituais do entendimento politológico. Além

¹ Texto publicado originalmente em Lagroye, J. (Dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003, p. 359-372. Tradução de Ernesto Seidl.

² Jacques Lagroye (1936-2009) foi fundador e diretor do Centre de Recherches de la Politique de la Sorbonne (CRPS), Université de Paris I.

³ Para a análise desse momento fortemente dramatizado da vida política, utilizamos aqui a imprensa diária (Le Figaro, Le Monde, Libération, jornais do interior) e as gravações dos telejornais de “France 2”.

dos efeitos supostos da “coabitação” e de uma midiaticização (calculada?) de algumas manifestações alarmantes da insegurança, as “surpresas” espetaculares desta eleição⁴ são atribuídas de modo confuso à despoliticização dos franceses abstencionistas, à irresponsabilidade daqueles eleitores que não “entenderam” a questão em jogo desse primeiro turno, e à perversão “da política” por eleitos cujo comportamento pôde ter enojado os cidadãos com os jogos tornados estéreis – e imorais – da atividade política⁵. Esse esquema, incansavelmente usado pelos homens políticos, jornalistas, politólogos e diversos dirigentes associativos⁶, retoma e amplifica – no estilo “nós bem que avisamos” – o quadro geral de interpretação proposto pelos mesmos antes do primeiro turno: é verificado “o divórcio entre as expectativas políticas dos franceses e as práticas políticas dos candidatos”⁷; é confirmado que “[...] os franceses não rejeitam a política, mas os temas, o espetáculo, os hábitos do pessoal político” (PERRINEAU, 2007). Divina surpresa, o “sobressalto republicano” entre os dois turnos, dramaticamente encenado com suas manifestações de massa, suas autocríticas públicas e suas conversões – “eu vejo, eu sei, eu acredito, eu estou desencantado” [...] –, torna-se o signo de uma redescoberta massiva *do* político (se não *da* política, para muitos ainda suspeita), de uma benéfica repolitização “dos franceses”. O “choque” do 21 de abril “repentinamente recolocou a política no centro das preocupações” (WENZ-DUMAS, 2002)⁸; a “revolta cívica da juventude” prova que “[...] a ascensão da extrema-direita provoca uma tomada de consciência política nas jovens gerações”⁹; este “levante em massa” é “o sinal de uma renovação democrática [...] a surpresa Le Pen despertou a democracia, a participação, a iniciativa e a militância”¹⁰; um “grande ímpeto cidadão [...] ultrapassou em muito as reivindicações sindicais para desembocar, alegre,

4 *A qualificação de J.-M. Le Pen, sem dúvida, mas também a baixa mobilização eleitoral, os escores medíocres dos candidatos “pré-selecionados” para o 2º turno (pela imprensa, círculos políticos, comentaristas especializados e institutos de pesquisa de opinião), a importância do voto nos candidatos de extrema esquerda e a “dispersão dos sufrágios”.*

5 *Quanto aos numerosos eleitores de J.-M. Le Pen, eles são ora apresentados como “culpados” por uma escolha consciente, fascizante e racista, ora como irresponsáveis por um voto que resultaria mecanicamente de sua posição social e dos sofrimentos que ela engendra. Interpretações nuançadas e isentas dessa contradição, como a proposta por Colette Ysmal no Le Figaro de 23 de abril de 2002, são raras.*

6 *Claro que há exceções!*

7 *Extraído de Libération, de 19 de abril de 2002.*

8 *Trecho de Libération de 30 de abril de 2002.*

9 *Título da capa do Le Monde, 30 de abril de 2002.*

10 *Serge July, extraído do Libération de 2 de maio de 2002.*

porém calmo, em socorro a uma república em perigo”¹¹. A politização, aqui assimilada a um retorno do político em sua acepção mais nobre, parece carregada por todos aqueles que fizeram apelo a uma renovação do civismo, artistas, intelectuais, responsáveis sindicais, bispos e rabinos, organizações muçulmanas e clubes esportivos. A acreditar na imprensa e nos dirigentes políticos, trata-se de dezenas, centenas de “jovens” (quais?) que aderem aos partidos em Bordeaux, Estrasburgo, Toulon, Paris¹². Não entraremos em detalhes sobre os desencantamentos posteriores dos jornalistas e comentaristas, sobre o índice recorde de abstenções no primeiro turno das eleições legislativas¹³, sobre a sempre aguardada renovação das práticas partidárias nem sobre a persistência das manifestações de “incivismo” entre os “jovens” (WEILL, 2002)¹⁴ – tampouco sobre a incapacidade de muitos comentaristas de questionarem seus esquemas de interpretação bem azeitados. Assim, nós nos deteremos no enunciado de duas considerações: os julgamentos sobre a politização ou a despolitização costumam fazer desses termos categorias normativas; e a questão recorrente da legitimidade das práticas de politização torna difícil qualquer tentativa de lhes dar uma definição que seja axiologicamente neutra. Contudo, tentaremos chegar a essa definição considerando que a politização é uma requalificação das atividades sociais as mais diversas, requalificação que resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a questionar a diferenciação dos espaços de atividades¹⁵.

Transgredir as categorias constituídas

É um fato bem estabelecido que ordens de atividades especializadas, campos ou setores, historicamente se diferenciaram, se institucionalizaram,

11 Título e subtítulo da capa, *Var Matin* de 2 de maio de 2002.

12 Há muitos artigos sobre esse aspecto do “sobressalto cívico” nos jornais do interior.

13 Sem esquecer que o nível de abstenção no 2º turno da eleição presidencial é apenas um pouco inferior ao de 1995 (19,86% contra 20,30%) e, seja como for, muito superior aos das eleições anteriores desde 1974 (entre 12,66% e 15,98%).

14 “O impulso republicano ilustrado pela forte participação no segundo turno da eleição presidencial parece ter caído”, nota de Weill no *Le Monde* de 11 de junho de 2002. Sobre a ilusão de um “grande sobressalto republicano” e da repentina politização das massas, ver Gillet (2003).

15 Vê-se que essa definição “restringe” a um sentido o campo dos processos aqui considerados, descartando em especial os usos do termo “politização” para designar “o interesse pela política” e para medir sua intensidade de acordo com os grupos e as formas de socialização. Sobre essa acepção – aqui descartada – da politização, consultar Schweisguth (2002).

sua distinção e separação vindo a adquirir um *status* de naturalidade na evidência das regras e dos papéis que caracterizam cada um deles. Uma das dimensões constitutivas da socialização é de fato a aprendizagem difícil, sempre inacabada, “daquilo que “é conveniente fazer” – e daquilo que é melhor não fazer – quando nos dedicamos a esse ou àquele tipo de atividades: rezar, praticar um esporte, fazer comércio ou “cumprir seu dever” de cidadão. Uma das constantes da análise sociológica é mostrar que os seres humanos, em função de sua origem social e familiar, de sua profissão, de suas relações e de sua posição, são mais ou menos (pré) dispostos a se comportarem de modo pertinente nessa ou naquela ordem de atividades, em especial quando são constrangidos a “passarem” de uma para outra. Para medir a dificuldade, e talvez a impossibilidade, de transgredir esta distinção das ordens de atividades – *a fortiori* de questioná-la –, cabe lembrar brevemente que o conjunto das práticas sociais, e não apenas algumas entre elas, trabalham de algum modo para *produzir* a diferenciação dos papéis, mesmo quando não são orientadas para esta finalidade. Um exemplo, bem estudado pelos historiadores, pode ser suficiente. A distinção das políticas e das atividades sindicais, tal como se institucionaliza na separação das organizações (SFIO e CGT¹⁶ principalmente) na França, bem ao final do século XIX, inscreve-se concretamente na diferenciação dos papéis, dos *savoir-faire* e das práticas (a greve e o debate parlamentar, entre outros), das modalidades de seleção dos dirigentes e das relações que mantêm com os adeptos, das finalidades ou dos objetivos imediatos de suas respectivas ações; por fim, ela é justificada pela especialização das “funções” e pelo recurso a princípios distintos de legitimação das práticas¹⁷. Contudo, trata-se de fato, nos dois casos, de “representar a classe operária”, de educá-la e servir seus interesses. Mas é o conjunto das atividades sociais que produz esta distinção dos campos político e sindical: o desenvolvimento das práticas parlamentares e o surgimento das formas “modernas” desse tipo de atividades (PHÉLIPPEAU, 2002), a deslegitimação das práticas violentas, o engajamento de diplomados

16 N.T: SFIO – Section Française de l’Internationale Ouvrière (Seção Francesa da Internacional Operária), partido político criado em 1905 e que se torna Parti Socialiste (Partido Socialista) em 1969. CGT – Confédération Générale Du Travail (Confederação Geral do Trabalho), confederação sindical criada em 1985.

17 Jacques Julliard (1988) mostrou de modo brilhante como a “doutrina” do sindicalismo revolucionário se enraíza nessa diferenciação das práticas, das experiências e dos objetivos atribuídos à ação coletiva. A passagem de um papel a outro se revela ilegítima e tudo contribui a torná-la dolorosa; sobre esse aspecto, ver Offerlé (1984); Lefebvre (2001).

nas lutas sociais, a persistência de ofícios de caráter artesanal assegurando a transmissão de tradições “anarquistas”, a aparição de grandes organizações de enquadramento das massas, a transformação das relações de produção, para citar somente estes processos de grande amplitude, conduzem a uma diferenciação crescente das atividades políticas e das atividades sindicais, ainda que o objetivo geral de ambas (o surgimento de uma sociedade nova, revolucionada) seja idêntico. As organizações em que esta distinção se institucionaliza zelam pela preservação de papéis, de *savoir-faire* e de objetivos distintos, às vezes uns se opondo aos outros de forma dramática; se elas contribuem desse modo à produção e à manutenção de setores diferenciados, não podemos lhes atribuir responsabilidade exclusiva nisso, nem mesmo a responsabilidade principal. Isso também é válido em outras situações, em outros contextos: a distinção institucionalizada dos papéis de bispo e de príncipe – e de campos de atividades percebidos como complementares mas especializados – no Ocidente medieval não resultou somente da concorrência entre esses “grandes” e de sua preocupação de impedir o avanço de rivais sobre seus respectivos territórios de atividades, e menos ainda apenas da força de seus textos fundadores¹⁸; ela resulta de processos sociais tão amplos quanto a “crise do feudalismo”, o enriquecimento e as pretensões das ordens religiosas, a difusão das relíquias, a abertura de grandes vias comerciais, o “renascimento” das cidades, a criação de cadeias de dependência reguladas entre reis, nobres e guerreiros e até mesmo o desenvolvimento de escolas catedrais¹⁹. Assim, a diversificação de práticas e de papéis sociais, legitimados por sua “função” e suas respectivas finalidades, é ao mesmo tempo o efeito de múltiplas atividades sociais e a origem de uma “setorização”, de uma distinção objetivada de espaços de atividades reputadas “funcionais”; as lutas pelo controle e a legitimação desses espaços são indissociavelmente lutas por sua hierarquização.

Transgredir as regras²⁰ que resultam desse processo geral e que contribuem a mantê-lo, em outros termos, “misturar os gêneros”, confundir os domínios,

18 O “*Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*”, além de ter bem outro significado do que o que lhe foi dado nesse contexto, não teve os mesmos efeitos em outras zonas da cristandade.

19 Mencionemos aqui apenas os trabalhos de Marc Bloch, Georges Duby, Jacques Le Goff ou Norbert Elias.

20 Esclarecemos que chamamos aqui de “regras” os encadeamentos lógicos entre práticas que os pesquisadores e os produtores de representações da sociedade, cada um a seu modo, tentam elaborar considerando as atividades efetivas dos atores. Ver Bourdieu (1980).

contestar na prática a pertinência e a legitimidade das separações instituídas e constantemente consolidadas, o que fazem as ações de politização de atividades de “natureza” diferente²¹, é – em um mesmo movimento – dizer a verdade sobre relações sociais que nunca se deixam aprisionar nos dispositivos e nas lógicas de apenas um campo constituído, e questionar uma arquitetura das relações sociais à qual os seres humanos estão ligados e dentro da qual aprenderam a se situar e a viver. A violência dessa transgressão, que os atores tentam, aliás, dissimular – por exemplo, ao distinguir “o político”, que devido à grandeza e à generalidade de suas finalidades pode autorizar certas requalificações dos objetivos da ação, e “a política”²², que pode, por sua vez, perverter e sujar as mais nobres atividades – deve-se ao fato de que ela compromete o êxito das empreitadas mais ordinárias; afinal, é por meio do simples fato de orientar suas ações em função de lógicas distintas – quando trabalham, jogam, seduzem um (a) parceiro (a), rezam ou educam –, aos seus olhos dotadas, além do mais, de legitimidades específicas, que os seres humanos, agindo individual ou coletivamente, fazem existir na prática ordens de atividades distintas e percebidas como tais. Se o sindicalista pode aceitar reconhecer que sua ação tem, de certa maneira, um “alcance político” geral (formar cidadãos conscientes, livres e responsáveis; participar do surgimento de uma democracia de participação; lutar contra as opressões e as injustiças; forçar os eleitos a agir etc.), ele não poderia admitir, sem se questionar em suas próprias práticas e crenças mais fundamentais, que as regras, as questões em disputa e os objetivos de seu engajamento sejam “ditados” ou “resgatados” pelos atores do jogo político. Se, como precisaremos mais adiante, um professor pode valorizar suas atividades ao lhes atribuir explicitamente a missão de formar “cidadãos críticos” (isto é, esclarecidos e lúcidos), logo, conscientes da importância “do político”, ou da política “em seu sentido mais nobre”, ele não deixará de recusar a “politização” dessas atividades, inclusive porque ela seria contraditória com seu papel e constituiria um obstáculo ao bom exercício de sua profissão²³.

Em muitas situações, e das mais ordinárias, o ser humano aprende – e às vezes inventa [...] ou “dá um jeitinho” – condutas que *ao mesmo tempo*

21 Sua “naturalização” sendo um dos efeitos essenciais de sua institucionalização, ou seja, de sua inserção em dispositivos, corpos, papéis e savoir-faire especializados.

22 E até mesmo “a política politiqueira”.

23 Sem esquecer que ele se exporia à reprovação ou a sanções profissionais, e que ele sabe disso perfeitamente.

produzem um reforço das distinções entre ordens de atividades e permitem transgredi-las parcialmente, ao preço de acrobacias diversas (inclusive linguísticas, como o mostra a distinção da “política politiqueira” e da “política em seu sentido mais nobre”). Isso porque o ser humano precisa aprender a “jogar com o fogo”, o que significa tentar circunscrever seu alcance e ao mesmo tempo admitir que em alguns casos não é possível apagá-lo; o mesmo acontece com a politização. É o que percebem muito bem todos aqueles que, dentro de suas atividades, são levados a trabalhar com atores políticos, a lhes solicitar, aconselhar ou a tratar com eles de alguma maneira – mas também, ao mesmo tempo, a lhes colocar em seu lugar quando eles “pedem demais” e correm assim o risco de comprometer a si próprios como parceiros sociais, e minar as bases de sua legitimidade própria. Para garantir a manutenção de sua posição social e institucional, dirigentes sindicais engajados em dispositivos de negociação no nível de uma aglomeração ou de uma região²⁴ tinham de provar sua capacidade de levar em conta os objetivos e as “boas razões” dos eleitos e dos altos funcionários, falar sua língua, compartilhar alguns de seus julgamentos, sem deixar de afirmar com clareza a especificidade irredutível de seus motivos e de suas intenções, sua recusa a “politizar” a ação sindical, sua desconfiança frente às tentativas feitas pelos homens políticos de “resgatar” seu engajamento e tornar sua organização dependente. Essa afirmação não se reduzia a proclamações periódicas (no início de uma negociação, antes de assinar um documento, na tribuna de um Congresso etc.); ela assumia a forma concreta, e raramente calculada, de condutas e comportamentos de reafirmação em situações difíceis: gestos e modos de se portar lembrando suas origens, distanciamento físico de certos eleitos ou funcionários, manifestações de familiaridade e de camaradagem nas reuniões sindicais – enfim, maneiras de experimentar a distância que lhes separava dos eleitos e de encontrar o prazer de estar com sua verdadeira família, seu verdadeiro ambiente de vida. De toda forma, sua “notabilização”²⁵ criava as condições para múltiplas

24 *Apoiamo-nos aqui na observação (“participante”) do funcionamento de uma seção regional da CFDT nos anos 1965-1975.*

25 *Os militantes afastados dos círculos de negociação regionais ou não estritamente profissionais, e por essa razão levados a denunciar os riscos de uma “má” politização de seus representantes e da organização – isto é, de uma aproximação com formações políticas em busca de vínculos –, frequentemente estigmatizavam seus camaradas “enredados” nesses dispositivos, qualificando-os de “notáveis”, o que aliás favorecia sua posição social (professores, executivos de baixo escalão, empregados com nível superior, funcionários públicos etc.).*

transgressões em relação aos papéis constituídos e às práticas específicas de cada ordem de atividades, ao mesmo tempo em que levantava desconfianças frente às ações de “politização” da ação sindical; e ela ameaçava de certo modo a diferenciação objetivada, institucionalizada e legitimada, que tornava de fato possível a condução das ações habituais dos atores envolvidos, “de um lado e de outro”. É preciso, ainda, evitar conceber essa diferenciação como estável. Se as regras do ofício – dos ofícios – e as práticas atribuídas a cada papel tendem a enrijecer as oposições (sob o olhar desconfiado de colegas, de camaradas, guardiões das fronteiras²⁶), transgressões despercebidas ou não sancionadas, audácias toleradas, aproximações inevitáveis, modificam constantemente a percepção do aceitável e do inaceitável quando se trata das relações entres setores de atividades.

Requalificações

As transgressões da distinção institucionalizada e vivida entre ordens de atividades assumem formas variadas. Podemos lembrar algumas delas, sem pretensões de exaustividade. A mais rejeitada entre elas é aquela que os atores percebem como um “desvio” de finalidades e de dispositivos sociais da ação coletiva. A maior parte das relações sociais contínuas e das atividades humanas “escapam à política”, ou “não dependem da política”²⁷, na medida em que seus objetivos e sua orientação efetiva (tal como aparece nas práticas e nas justificativas que lhes dão os atores) não parecem se inscrever legitimamente nas finalidades, nas regras e nos modos de proceder da ordem política especializada. Assim, a intrusão de preocupações e de objetivos atrelados à política, isto é, habitualmente apresentados por organizações e atores políticos especializados, é considerada um perigo para a boa realização dessas atividades econômicas, religiosas, sindicais, caritativas, culturais ou outras. Ela suscita a inquietação, a indignação, a recusa. Os padres engajados na Ação Católica Operária que acreditavam na necessidade de militar no Partido Comunista ou em organizações “feudalizadas” por esse partido (sobretudo a CGT), para manter seu papel adequado – dar o testemunho em meio à classe operária, transmitir-lhe

26 *Até mesmo, aqui, organizações que, assim como Force Ouvrière, se sentem na obrigação de denunciar sempre as derivas do “sindicalismo politizado” [...] tanto por oposição à CGT quanto por tradição institucional.*

27 *A afirmação do “tudo é político” em 1968 suscitou tantas incompreensões e indignações que o slogan perdeu seu objetivo.*

a mensagem religiosa ou apenas cumprir o prometido –, não poderiam deixar de provocar a reprovação, ou inclusive receber sanções institucionais, uma vez que sua conduta era percebida como corruptora dos princípios, das normas e das práticas conhecidas, consideradas como as únicas adaptadas à atividade religiosa²⁸. Nesse caso e em muitos outros – “politização” da UNEF, do SOS Racisme, do CCFD ou da CIMADE²⁹, de organizações e “coordenações” escolares etc. – aqueles que pregam ou aceitam o desvio dos objetivos anunciados e publicizados das atividades sociais em proveito de organizações políticas ou de eleitos, são suspeitos de jogar o jogo dos políticos que tentam “resgatar” o fruto de engajamentos inicialmente “puros” de qualquer contaminação pelos interesses políticos.

Outra forma de politização depende mais de tentativas de “ultrapassagem dos limites” definidos pela setorização a certos tipos de atividades. Assim, ela resulta “geralmente da tomada de consciência”, por atores estranhos aos jogos ordinários do espaço político e a suas questões específicas, daquilo que chamam de a “dimensão” ou o “alcance” político de suas atividades. É, por exemplo, o caso de responsáveis sindicais da CFDT após a “crise” de 1968³⁰, quando lhes aparece mais claramente – sobretudo se seu itinerário anterior e seus engajamentos paralelos lhes predispõem – que os temas sindicais da autogestão ou da ação sobre o “conjunto da vida” não estão desconectados de um projeto socialista, e que essa convergência, ainda que parcial, justifica o estabelecimento de relações de todo tipo com certos partidos (Partido Socialista Unificado, Partido Socialista, organizações e clubes políticos). É também o caso dos militantes ecologistas³¹ “descobrimdo”, ao final de caminhos variados e às vezes sob a pressão de parceiros políticos, que o sucesso de seus projetos é inseparável de seu envolvimento nos debates políticos, ou mesmo de seu

28 Ver Poulat (1999) e os numerosos testemunhos de antigos padres-operários ou de padres que militaram na ACO (*Ação Católica Operária*). A conduta desses padres foi objeto de reprovação ainda maior por trazer em seus discursos uma condenação explícita dos compromissos da Igreja e dos católicos com as forças políticas e sociais “burguesas” e conservadoras.

29 N.T.: UNEF – Union Nationale des Étudiants de France (União Nacional dos Estudantes da França); SOS Racisme – associação criada em 1984; CCFD – Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento), associação criada em 1984; CIMADE – Comité Inter Mouvements auprès des Évacués (Comitê Inter Movimentos junto aos Deslocados), associação ecumênica fundada em 1939.

30 Marcada por manifestações de “dessetorização” dos espaços de atividades. Ver Dobry (1992).

31 Dos quais muitos, aliás, tiveram experiências de engajamento político anterior. Ver Sainteny (2000); Bosc (2003).

engajamento pessoal na competição política – aquilo que outros justamente recusam em nome da “pureza” da causa e da rejeição por princípio de qualquer politização. Essa mesma exigência de ultrapassagem pôde, sobretudo nos anos 1970 e 1980, levar professores³², juízes, animadores sociais, artistas, a conceber que sua atividade profissional, além de suas finalidades próprias, possa ser orientada, ou até inspirada, por objetivos de ordem política – desde que estes últimos estejam inscritos em uma visão ampla “do político” (a democratização, o combate pela justiça e igualdade de tratamento dos outros, a educação dos cidadãos) e não, afirmavam eles com força, em uma concepção limitada e suspeita da política “partidária” ou “politiqueira”³³. Vemos que essa forma de transgressão não é separável de uma reflexão dos atores sobre os objetivos gerais atribuídos à sua atividade “não política”, seja ela sindical, cultural, caritativa, religiosa ou qualquer outra, ou ainda sobre as finalidades sociais de sua atividade profissional; ela corresponde a uma descoberta da artificialidade das categorias objetivadas de classificação das atividades; ela dissipa parcialmente o desconhecimento de uma realidade social feita de trocas incessantes e de confusões constantes entre objetivos e meios de ação – se for verdade que os seres humanos desconhecem realmente essa realidade, que não percebem representações que são úteis de manter ainda que elas se oponham a uma parte de suas experiências. Convém sublinhar que nestas condições a politização não resulta apenas das solicitações que emanam dos atores políticos e do “jogo duplo” de agentes interessados em politizar associações, organizações ou profissões nas quais eles seguiriam mascarados.

Não seria possível enumerar e caracterizar aqui todas as formas de politização que, de uma maneira ou de outra, podem também ser denunciadas por alguns como transgressões prejudiciais da separação instituída entre ordens de atividades. Do “enfeudamento” de associações por um partido político – o exemplo do Partido Comunista vem inevitavelmente à mente, com sua rede de organizações mais ou menos controladas por atores multiposicionados³⁴ –

32 *O caso dos professores de ciências econômicas e sociais (e de sua associação, l'APSES) é exemplar nesse aspecto.*

33 *Vê-se aqui a importância dos jogos de linguagem, que “dizem” ao mesmo tempo em que mascaram, nas operações de justificação ou de legitimação das transgressões.*

34 *Que “jogam em dois times ao mesmo tempo”, como se costuma dizer de modo figurado, mas significativo. Será necessário mostrar que, menos visíveis, as redes de organizações de outros partidos eram às vezes mais eficazes?*

à “politização de uma questão” – ou seja, à inscrição de um problema social, médico, cultural ou mesmo “puramente técnico” (do ponto de vista dos técnicos), na lista de questões tratadas pelas instituições explicitamente políticas³⁵ – há muitas diferenças. Em todos os casos, o mero uso do termo “politização” parece estabelecer algum parentesco entre essas formas, nem que seja para suscitar a reprovação de todos aqueles – numerosos – que se dedicam a manter a separação ou a ficção de separação funcional das ordens de atividades. Pode-se avançar que, para além da generalidade das apreciações normativas que suscitam, o que caracteriza todas as formas de politização aqui abordadas é um mecanismo de “requalificação” dos objetivos atribuídos à ação: de sociais, ou culturais, ou religiosos, e assim por diante, eles “se tornam” políticos, em uma espécie de reconversão – parcial ou total – das finalidades que lhes são atribuídas, dos efeitos esperados e das justificações que podem receber. Eles recebem, portanto, outra legitimidade ou, de modo mais amplo, um acréscimo de legitimidade aos olhos daqueles que se beneficiam (os atores políticos, sobretudo, mas não apenas eles, muito longe disso). Assim, é sobre os interesses e as razões de agir dos agentes dispostos a efetuarem essa requalificação que é preciso se debruçar por um momento³⁶.

Não há razão para se demorar com os casos de atores políticos que têm claramente interesse na politização de atividades, práticas, questões e organizações, ou mesmo de mobilizações sociais, de alguma forma “exteriores” ao jogo político. Não apenas essa politização pode ser constituída como recurso em suas atividades específicas (campanhas eleitorais, conflitos com rivais ou associados-rivais, aquisição de maior notoriedade, capacidade de assumir a responsabilidade de manifestações às quais se atribui um significado político etc.), como ela também contribui a dar crédito à crença na necessidade da ação política e na legitimidade superior dessa ordem de atividades; por essa via, elas lhes engrandece, ela enobrece seu papel social. De modo mais imediato, ela lhes dá confiança: a politização de “redes” e de organizações pode manter sua própria confiança na existência de apoios que, na hora certa, serão

35 O que implica sua reformulação, ou “recodificação”.

36 Na coletânea *La Politisation* (LAGROYE, 2002) serão encontrados muitos exemplos dessas “empresas” e desses “empreendedores” de politização, e diversas análises das múltiplas razões que os levam a se engajar em operações de requalificação das atividades.

mobilizados³⁷. Bem mais interessante aqui são os agentes que, embora sendo exteriores aos jogos políticos ordinários e, por vezes, desconfiados deles, são produtores de uma ou outra forma de politização, portanto, de algum modo cúmplices das ações de atores políticos e, em todo caso, contribuindo para seu sucesso – como os padres-operários ou os militantes católicos que consentiram, às vezes com arrependimento, com a operação “mão estendida” feita pelos dirigentes comunistas. Ninguém duvida de que esses agentes sejam atraídos principalmente pela perspectiva dos lucros que eles podem esperar de sua cumplicidade: reconhecimento de sua importância, que se traduz eventualmente na obtenção de locais, de financiamento e, mais frequentemente, na possibilidade que lhes é oferecida de expor relações que se presumem “influentes” e, portanto, apreciadas no próprio interior de sua organização; obtenção de apoios políticos mobilizáveis em diversas interações, como a elaboração de projetos em processos de contratualização na qual seus parceiros não dispõem do mesmo recurso; perspectivas de reorientação de sua própria carreira no campo político, sendo sua cooptação para uma lista de candidatura às eleições municipais uma primeira etapa frequente. Ninguém duvida, também, de que muitos responsáveis por associações ou militantes de uma causa sejam levados a esperar de uma inscrição no espaço dos problemas políticos uma maior visibilidade para as questões que abraçaram: “o recurso ao político”, modo de entrada de suas preocupações e de seus objetivos no espaço público, é a seus olhos capaz de dar maior eficácia à sua ação, mas também uma maior legitimidade e uma difusão ampla junto a públicos interessados – ou “interessáveis”. A consciência dos riscos inerentes a uma forte visibilização de sua cumplicidade com atores políticos contrabalança, no entanto, sua apetência por esses diversos lucros, quando sua simples desconfiança dos “políticos” não fosse suficiente para frear seu ardor. Esta interpretação estrategista é, na verdade, singularmente redutora. Muitos agentes de politização de diversas atividades sociais, como já notamos, são levados a desejar uma requalificação de seus objetivos e de suas práticas para objetivos e práticas políticos, mesmo que parcialmente ou de modo episódico, pelo simples fato de que essa operação lhes parece necessária, lógica e legítima. O que é então vivido e apresentado como uma “tomada de consciência”, e que por vezes tem traços de uma

37 *Muitas derrotas eleitorais mostram que essa crença nem sempre tem fundamento. Ver: Fretel; Lagroye, 2003.*

verdadeira conversão, resulta de uma grande quantidade de fatores, cuja diversidade podemos apenas sugerir aqui³⁸: experiências anteriores de engajamento “de juventude” em lutas políticas – que alguns “representantes da sociedade civil” em listas de candidaturas municipais reconhecem com satisfação, ainda que minimizem seu alcance –; sentimento de fracasso em ações que realizam ou realizaram se preservando de qualquer “comprometimento” com a política – o que militantes Verdes vindos da ecologia “apolítica” apresentam, às vezes, para explicar sua evolução –; percepção conjuntural, vivida como uma revelação do alcance propriamente político de atos realizados por outros motivos – os períodos de intensa politização coletiva, isto é, de intensa atribuição de “causas políticas”³⁹ a manifestações, greves, mobilizações, sendo favoráveis a este tipo de descoberta –; influência exercida por “profissionais” da política, cujo trabalho consiste em explicitar o tempo todo o significado político dos fatos, em “despertar a consciência política” dos atores na interpretação que eles propõem dos eventos e das experiências⁴⁰. A força dessas “conversões” se deve menos à apreciação dos benefícios que se pode às vezes esperar delas do que ao sentimento de evidência experimentado pelos “convertidos”: não é agindo de outra forma, substituindo seus objetivos precedentes por objetivos políticos, que eles entram na ordem das atividades políticas – isto é, “nobres” e “desinteressados” –; mas “indo até o fim” de seus engajamentos e de suas atividades, requalificando seus objetivos sem renunciar a eles, em suma, tendo o sentimento de compreender melhor o que fazem e o que vivem⁴¹.

A politização aparece, nessa perspectiva, como uma operação social que não poderia ser imputada somente às estratégias e aos interesses dos atores políticos e de suas organizações. A partir de preocupações muito concretas (garantir o financiamento de escolas privadas, de ginásios ou de ações

38 Com base, sobretudo, nas ricas indicações fornecidas pela análise das memórias e autobiografias de militantes ou de padres.

39 O trabalho de interpretação efetuado por jornalistas, comentaristas, ensaístas, personalidades da ciência ou da cultura é fundamental aqui. Como visto em 1968 ou ainda – sem poder medir todos seus efeitos atualmente – entre os dois turnos da eleição presidencial de 2002.

40 Devemos nos lembrar de que esse era o objetivo político (e “antipartidário”) dos sindicalistas revolucionários no início do século XX. É também aquele subscrito pelos partidários da Teologia da Libertação na América Latina, ou pelos militantes trotskistas engajados em associações.

41 Falar aqui de “conversão” não é, portanto, apenas uma simples metáfora.

humanitárias, dar um rótulo oficial a uma “causa”, desbloquear uma situação etc.), de ambições muito ordinárias (ampliar o círculo de relações úteis a alguns atores políticos influentes, obter o reconhecimento daqueles que “são vistos” e ouvidos, eventualmente reorientar ou garantir sua própria carreira etc.), mas também pelo simples fato de que a politização parece desejável a alguns para realizar suas finalidades sociais legítimas (sejam associativas, culturais, religiosas, profissionais ou quaisquer outras), é estabelecida a convergência de práticas – políticas e “não políticas” – que, apesar das reticências e das desconfianças subsistentes e visíveis, perturba a ordem aparente das especializações e das separações.

Efeitos da politização

A requalificação dos objetivos e das atividades não é somente uma “recodificação” dos problemas, uma tradução garantindo sua inserção em outra ordem de atividades – a ordem política – e permitindo assim que sejam tratados de modo conveniente⁴². Ela tem efeitos importantes sobre as práticas politizadas, sobre a definição dos objetivos e dos papéis políticos, sobre os princípios de legitimação das formas de fazer nas diversas ordens de atividades concernidas. É desse modo que os militantes católicos engajados, de boa ou má vontade, na ação com organizações políticas “da classe operária” durante os anos 1960 e 1970 foram conduzidos a renovar as práticas culturais e a exigir uma transformação das atitudes religiosas e também políticas. “Rezar a missa” de outra forma, com uma grande simplificação dos gestos, dos dispositivos materiais e das vestimentas, privilegiando símbolos da dignidade do trabalho manual e da fraternidade operária, orientando o conteúdo das trocas e dos sermões para temas redescobertos – em especial o do “alcance político e social” da mensagem cristã –, é inventar práticas concebidas como indissociavelmente religiosas (como necessárias ao sucesso de um esforço pessoal e coletivo de conversão das crenças na palavra divina) e políticas (como suscetíveis de contribuir a uma revolução pacífica, mas radical, das relações sociais). É também incitar os dirigentes e os militantes das organizações socialistas e comunistas a atenuar a virulência de seus ataques contra a religião e contra a Igreja, a conceder certa legitimidade às atividades religiosas, inclusive

⁴² Ela “também” é isso, claro. Ver os trabalhos de Michel Callon e de Pierre Lascoumes sobre essa questão.

dar lugares – ainda que em número limitado – a militantes que não escondem a origem cristã de suas motivações⁴³.

É, portanto, somente de um ponto de vista analítico que se pode distinguir os efeitos da politização sobre as práticas, as atividades e o funcionamento das organizações politizadas, e seus efeitos sobre a própria ordem política e sobre suas instituições. Não há dúvida, nessa perspectiva, de que o processo considerado engendra ou modifica conflitos no interior dos grupos politizados, entre aqueles que querem preservar a “pureza” dos objetivos, dos *savoir-faire*, das condutas (sem que se possa ignorar que essa exigência às vezes dissimula, sob o véu encantado do apolitismo, seus compromissos com “outras” ações políticas), de um lado, e aqueles que, de outro lado, defendem e agem por uma politização “controlada”. Ele conduz também a enfrentamentos entre partidários de orientações políticas opostas, ainda que alguns tenham aversão a manifestar suas preferências e as deixem perceber apenas por sua recusa obstinada a qualquer evolução. Isso foi visto nas “rupturas” da Igreja católica em diversos períodos, nas lutas de “tendências” no seio da CFDT⁴⁴ ao longo dos anos 1970, ou ainda nas crises recorrentes do sindicalismo estudantil. Nota-se, também, nos enfrentamentos entre ONG ou no interior de algumas delas (DAUVIN; SIMÉANT, 2002), como nos debates sobre as mudanças de práticas em algumas profissões (juízes, professores, animadores sociais etc.). De modo complementar, as ações de politização, mesmo que negadas como tal, modificam as questões evidentes da ação política, ampliando o campo das questões tratadas nas atividades políticas, perturbam as clivagens partidárias⁴⁵, incitam os atores políticos a adotar novos comportamentos legitimados pela “exigência de proximidade” e as supostas expectativas dos “representantes da sociedade civil”. De ambos os lados, se é possível afirmar, as regras são parcialmente transformadas, regras entendidas aqui como as práticas, os gestos, as condutas que os atores devem ter, que aprenderam ou aprendem a acionar

43 Trata-se de efeitos da politização, sublinhe-se, não de objetivos explícitos dos militantes católicos envolvidos.

44 N.T: CFDT – Confédération Française Démocratique du Travail (Confederação Francesa Democrática do Trabalho). Tem sua origem na Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), inspirada na doutrina social da Igreja católica e da qual se afasta em 1964.

45 Pensemos, por exemplo, nas desconfianças e nos sarcasmos que suscitou, no interior do Partido Socialista, a chegada dos militantes da “segunda esquerda”, facilmente comparados com os militantes católicos vindos de sindicatos e de associações variadas.

para manter corretamente seu papel, e sobre as quais eles são em geral capazes de fazer a teoria prática (BOURDIEU, 1980; 2000). Em certa medida, seria possível – retomando uma metáfora habitual das pesquisas africanistas – falar de “canibalização” recíproca das práticas pelos atores, a qual define seu perencimento a ordens de atividades distintas, colocadas em relação imediata e tangível pelo processo de politização.

Por fim, é afinal da definição e da legitimação – ou melhor, a produção – de uma ordem política que se está tratando. A orientação explícita das ações, em função da significação, do “sentido” que os seres humanos querem dar a suas práticas, supõe, como foi dito, que sejam atribuídos objetivos específicos a cada tipo de atividades – mesmo quando esses objetivos são difíceis de particularizar, de isolar –, e que esses objetivos sejam vistos como legítimos por aqueles que os perseguem, por seus parceiros, pelo conjunto de intérpretes autorizados da vida social. Nesse sentido, os diversos campos de atividades, as diversas motivações admitidas, os diversos investimentos em organizações, instituições, papéis, são o tempo todo definidos e redefinidos pelas finalidades legítimas⁴⁶ que são atribuídas a essa ou àquela forma de ação. Certamente, as “lógicas” de um campo de atividades, de um engajamento, de uma profissão, não são de modo algum redutíveis às boas razões que os seres humanos dão para delas participar e nelas viver. Mas o conhecimento das finalidades legítimas das ordens de atividades é uma das condições – e não a menor – de um mínimo de sucesso nas ações e nas interações as mais ordinárias. Por aparecer como transgressão da diferenciação fundamental dessas ordens ou espaços de atividades e das categorias que permitem classificá-los, a politização suscita um intenso trabalho de legitimação, ou de justificação⁴⁷, que somente tem êxito na medida em que requer experiências – frequentemente elementares – da convergência possível dos objetivos de atores que, no entanto, incarnam papéis diferenciados. Elabora-se assim uma retórica do acordo possível entre atores políticos e “não políticos” em torno de finalidades gerais e de normas de ação coletiva que tornam desejáveis suas transações, e cujo “bem-comum” é talvez a versão mais bem acabada. Tanto que, paradoxalmente, a legitimação

46 Ou seja, em muitos casos, por suas finalidades “funcionais”.

47 Do qual participam os atores envolvidos e certas profissões do direito, do jornalismo, da filosofia, que “dão o direito” de enunciar e de inscrever em textos os princípios e as aplicações da legitimidade. Ver Boltanski; Thévenot (1991); Bourdieu (1982).

de certas formas de politização, entendida como requalificação dos objetivos e das práticas, pode contribuir à produção de um consenso imaginário.

Referências

- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **Les économies de la grandeur**. Paris: PUF, 1991.
- BOSC, C. Émergences et négociation des politiques environnementales locales à Lyon et à Montpellier. Thèse (Doctorat en Science Politique) – Université de Montpellier 1, Perpignan, 2003.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **Ce que parler veut dire**. Paris: Fayard, 1982.
- _____. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Seuil, 2000.
- DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **Le travail humanitaire**. Les acteurs des ONG, du siège au terrain. Paris: Presses de Science Po, 2002.
- DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Dynamiques des mobilisations multisectorielles. Paris: Presses de Science Po, 1992.
- FRETEL, J.; LAGROYE, J. Faire avec ce qu'on a: la mobilisation des réseaux à Rouen. In: LAGROYE, J.; LEHINGUE, P.; SAWICKI, F. (Dir.). **Mobilisations municipales**. Paris: PUF/CURAP, 2003.
- GILLET, S. Quels souvenirs pour quelle mémoire politique? In: DUCLERT, V.; PROCHASSON, C.; SIMON-NAHUM, P. et al. (Dir.). **Il s'est passé quelque chose... le 21 avril 2002**. Paris: Denoël, 2003.
- JULLIARD, J. **Autonomie ouvrière**. Études du syndicalisme d'action directe. Paris: EHESS/Gallimar/Le Seuil, 1988.
- LAGROYE, J. (Dir.). **La politisation**. Paris: Belin, 2002.
- LEFEBVRE, R. **Le socialisme saisi par l'institution municipale. Jeux d'échelles**. Thèse (Doctorat en Science Politique) – Université de Lille 2, Lille, 2001.
- OFFERLÉ, M. Illégitimé et légitimation du personnel politique ouvrier en France avant 1914. **Annales ESC**, v. 39, n. 4, 1984.
- PERRINEAU, P. **Le symptôme Le Pen**. Paris: Fayard, 1997.

PHÉLIPPEAU, É. **L'invention de l'homme politique moderne**. Mackau, L'Orne et la République. Paris: Belin, 2002.

POULAT, É. **Les prêtres-ouvriers: naissance et fin**. Paris: Le Cerf, 1999.

SAINTENY, G. **L'introuvable écologisme français**. Paris: PUF, 2000.

THÉNARD, J.-M. **Libération**, 19 abr. 2002.

SCHWEISGUTH, E. La dépolitisation en questions. In: GRUNBERG, G.; MAYER N.; SNIDERMAN, P. M. **La démocratie à l'épreuve**. Une nouvelle approche de l'opinion des Français. Paris: Presses de Science Po, 2002.

YSMAL, C. **Le Figaro**, 23 abr. 2002.

WEILL, N. **Le Monde**, 11 jun. 2002.

WENZ-DUMAS, F. **Libération**, 30 abr. 2002.

The processes of politicization

Abstract

The article discusses the processes of politicization of the social space as a major phenomenon in the making of politics in the West, which implied the emergence of different orders of specialized activities that have historically differentiated one from another and institutionalized. The analysis points out several ways in which other social spheres are requalified in political terms by certain actors in a process of transgression and mixing between fields or sectors of society. Since it appears as a transgression of the fundamental differentiation of these orders, or spaces of activities, and of the categories that allow them to be classified, politicization happens to provoke an intense work of legitimation, which requires the possible convergence of the objectives of actors who, nevertheless, incarnate differentiated roles.

Keywords: Politicization. Social construction of politics. Legitimation.

Recebido em: 09.04.2017

Aprovado em: 09.04.2017